

Notícias da Previdência
Coluna do José Prata

Extinção do Funpemp é
ILEGAL E IMORAL.

..... Página 7

Atenção! Assembleia Geral Extraordinária (AGE)

Data: 14/12/2013 (sábado), a partir das 9h30

..... Edital na página 2

SERJUSMIG

Notícias



Informativo Periódico do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância de Minas Gerais - Nº 163 - Novembro/2013

SindForça

UNIÃO

Em fevereiro de 2014, a nossa Federação (Fenajud) realizará um Congresso para a reforma de seu estatuto. O SERJUSMIG tem direito a levar uma delegação de 30 filiados, a serem eleitos em AGE (leia edital).

..... Página 2

SindForça

Mais INJUSTIÇA

Anteprojeto da LDOJ: para uns poucos, privilégios; para a grande massa de trabalhadores(as), mais discriminação e descaso! Novamente, precisaremos de muita UNIÃO e AÇÃO na Casa Legislativa.

..... Página 3

SindForça

Estatuto do Servidor

PEC 59/2013 (ex-PEC 190/2007): o vice-presidente do SERJUSMIG, Luiz Fernando Souza, aborda a proposta em entrevista ao Programa de TV "Segurança e Cidadania".

..... Página 3

15º Encontro de Delegados do SERJUSMIG

Entre 7 e 10/11/2013, quase 500 servidores(as) reunidos, ampliando forças, trocando ideias e enriquecendo a organização da categoria



..... Páginas 4, 5 e 6

Perigo à NOSSA Aposentadoria

Governo de Minas quer se "apossar" do dinheiro (mais de R\$ 3 bi) de NOSSO Fundo de Previdência (Funpemp) para cobrir rombos



..... Página 3

Editorial

Servidor(a) Público(a)
Herói(ina) Diário(a)

No dia 28 de outubro, foi comemorado o "Dia do(a) Servidor(a) Público(a)" e o SERJUSMIG não poderia deixar uma data tão valiosa "passar batido".

Embora saibamos que vocês, companheiros(as) merecem muito mais do que festas e homenagens, comemoramos, sim, a data. Celebramos a garra, a capacidade, o empenho e coragem de cada um(a) de vocês.

As vitórias são conquistadas assim: com garra, empenho e perseverança, a despeito das adversidades.

Neste 2013, com nossa união, mostramos que estamos trilhando JUNTOS um mesmo caminho.

Reconhecemos a existência constante de empecilhos, adversidades e diferenças de visão.

"Troçamos" nisso, a todo momento, mas esses troços não nos fazem parar. É esta persistência que nos faz quem somos. Somos vitoriosos!

Por isso, parabenizamos a toda a categoria pelo 28 de outubro, cientes que todos e todas estamos de PARABÉNS sempre! **S**

Sandra Silvestrini
Presidente do SERJUSMIG

Salário justo,
E **estrutura digna,**
R **reconhecimento,**
V **valorização,**
I **sonomia,**
D **emocracia,**
O **rganização,**
R **espeito!**

28 de outubro
Dia do(a)
Servidor(a)

Esta é a realidade profissional que o SERJUSMIG deseja aos(as) servidores(as) do TJMG SEMPRE.
Parabéns, companheiros(as)!
Nós nos orgulhamos MUITO de vocês!



EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Sandra Margareth Silvestrini de Souza; 1º Vice-Presidente: Luiz Fernando Pereira Souza; 2º Vice-Presidente: Rui Viana da Silva; 3º Vice-Presidente: Luzimar Silva Nunes Gontijo; Diretor Secretário: José Teotônio Pimentel Gouvêa; Sub-Diretor Secretário: Juliano Ribeiro da Cunha; Diretora Financeira: Tatiana Correia Borges; Sub-Diretor Financeiro: Alípio de Faria Braga; Diretora de R.Públicas, Promoções e Eventos: Simone Salgado Rodrigues Gomes; Sub-Diretor de R. Públicas, Promoções e Eventos: Willer Luciano Ferreira; Diretor de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura: Théó Lellis Alves Nardelli; Sub-Diretora de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura: Denise Silvestrini de Campos; Diretora Social: Ana Maria Gomes de Souza Bertelli; Sub-Diretor Social: Adalton Couto do Carmo

Fenajud realizará Congresso para a reforma de seu estatuto

SERJUSMIG tem direito a levar uma delegação de 30 servidores(as), eleitos em AGE, que atuarão como delegados, representando a 1ª Instância da Justiça mineira

Nos dias **11 e 12 de fevereiro de 2014 (terça e quarta-feiras)**, a nossa Federação nacional (Fenajud) vai realizar, em Brasília (DF), um congresso.

O objetivo do evento, a ser sediado no Hotel Nacional, será promover uma reforma no estatuto da entidade.

Os sindicatos filiados à federação deverão participar ativamente do evento, por meio de delegados sindicais que os representarão.

Para eleger tais delegados, os sindicatos deverão realizar assembleias gerais extraordinárias (AGEs) convocadas para essa finalidade.

Nas respectivas AGEs, serão definidos os nomes dos representantes de cada entidade sindical filiada à Fenajud. Tais

representantes são denominados delegados, conforme edital de convocação publicado pela Federação no Diário Oficial da União (DOU) do dia 8/11/2013 (**veja o edital em www.fenajud.org.br/destaques.php?id=4183_convocatoria-do-congresso-nacional-da-fenajud**).

O SERJUSMIG tem direito a levar

para o Congresso Extraordinário de Reforma Estatutária da Fenajud, **30 delegados (número máximo - com direito a voz e voto)**.

Diante disso, o SERJUSMIG convoca todos os seus filiados para uma AGE (**veja edital abaixo**). Na Assembleia, serão escolhidos os nossos(as) representantes / delegados(as) para o Congresso **S**



EDITAL de convocação de AGE do SERJUSMIG

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio de sua Presidente, Sandra Margareth Silvestrini de Souza, nos termos dos artigos 2º, inciso III, 4º, 5º, 6º, inciso VI, art. 13, inciso III, e art. 15º, inciso III do Estatuto da Entidade, convoca todos os seus sindicalizados para a Assembleia-Geral Extraordinária (AGE), a ser realizada **no dia 14 (quatorze) de dezembro de 2013 (sábado), às 9h30, em 1ª convocação, com o número regimental; e às 10h, em 2ª convocação, com o número de participantes, no Auditório do Othon Palace BH (Av Afonso Pena, 1050 - Centro - Belo Horizonte/MG)**, para debater sobre:

1) O Projeto de Lei Complementar (PL) 54/2013 (*que extingue o Funpemp e repassa seus recursos ao Funfip*); e o PLC 53/2013 (*que institui o regime de aposentadoria complementar no serviço público de Minas Gerais*);

2) A proposta de anteprojeto de Lei aprovada na Corte Superior do TJMG, que altera a Lei de Organização e Divisão Judiciárias;

3) O anteprojeto de Lei, aprovado na Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do TJMG, relativo ao limite de vagas para a Promoção Vertical (PV) dos Servidores;

4) Eleger, nos termos do art. 18, § 3º do Estatuto da FENAJUD, os Delegados do SERJUSMIG que participarão do 8º Congresso Nacional da Fenajud, que será realizado em Brasília- DF, **dias 11 e 12/02/2014 (terça e quarta-feiras)**, sendo certo que os pretensos candidatos deverão estar presentes na AGE ora convocada.

E, ao final dos debates sobre os assuntos relacionados neste edital, deliberar sobre as formas de luta que deverão ser desencadeadas em prol do alcance dos objetivos da categoria.

Belo Horizonte, 3 dezembro de 2013
(a) Sandra Margareth Silvestrini de Souza
Presidente/SERJUSMIG

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS: 1º Antônio Ancelmo de Sousa; 2º Énio de Senna Gomes Júnior; 3º Jorcelina Aparecida Ferreira; 4º José de Queiroz Toledo; 5º Luciano César; 6º Maria Auxiliadora A. de Souza Teixeira; 7º Tadeu José da Rocha. SUPLENTE: 1º Antônio Costa dos Santos Júnior; 2º Eduardo Luiz P. Furbeta; 3º Jorge Antônio de Almeida; 4º Juares Rogério de Oliveira; 5º Maria Madalena Botinha Alves Cardoso; 6º Patrícia Pires Alvarenga; 7º Wellington Quintiliano.

Editora Responsável: Dinorá Oliveira (MG 05458 JP)
Projetos Gráfico e Editorial/Diagramação: Dinorá Oliveira (MG 05458 JP)
Textos: Dinorá Oliveira e Rayssa Fróes (MG 16424 JP)
Fotos: Dinorá Oliveira, Rayssa Fróes, José Luiz Silva, Franklin Almeida e colaboradores
Impressão: Gráfica FORMATO Tiragem: 10.200 exemplares

Anteprojeto da LDOJ – para uns poucos, privilégios. Para a grande massa de trabalhadores(as), mais discriminação e descaso!

O TJMG fez publicar, no Diário Eletrônico do Judiciário (DJe) de 21/11/13, o anteprojeto de Lei que altera a Lei Complementar (LC) nº 59, de 2001, que contém a Organização e a Divisão Judiciárias (LODJ) do Estado.

Na oportunidade em que foi concedido prazo para apresentação de sugestões e emendas, o SERJUSMIG remeteu várias delas ao Tribunal de Justiça de Minas (TJMG), visando a, entre outros pontos: *fim da necessidade da concordância dos juizes em casos de remoção; * concessão de benefícios aos servidores(as), como auxílios saúde e transporte etc (**negados**).

Privilégios e distinções

Na minuta de anteprojeto de Lei aprovada pelo Órgão Especial do TJMG, porém, chama a atenção o artigo 47, que dá nova redação ao artigo 114, instituindo uma série de “auxílios”, mas apenas aos magistrados. Ou seja, a proposta aprovada (pelos magistrados/desembargadores/as) melhora a remuneração mensal da magistratura por “via alternativa” (auxílios).

Entretanto, os mesmos que aprovam essa “alternativa para melhorar a própria remuneração”, **negam tratamento igual aos servidores**. Como se pode classificar tal postura? Seria a crença da cúpula do Poder de que sem o Servidor há Justiça?

Num cenário de restrições financeiras, como vislumbrar sobre de recursos para atender às demandas dos Servidores, se, na perspectiva de uma melhora (como é o caso atual com a criação do Fundo Especial do Judiciário) tais recursos

já são “carimbados” para atender às demandas da magistratura?

Os recursos do Fundo não podem atender a despesas com pessoal (*vencimentos, adicionais, carreira*), porém, podem ser utilizados no pagamento de verbas indenizatórias e auxílios como, claramente, pretende-se fazer em relação aos magistrados.

Então, embora não se vislumbre ilegalidade, o SERJUSMIG entende que **é uma afronta aos princípios da Impessoalidade, Razoabilidade, Isonomia e Moralidade negar os mesmos benefícios aos Servidores**, sob o argumento de que a Comissão “já havia deliberado por não acolher emendas que resultassem em aumento de despesa. Ademais, a sugestão se refere a regime jurídico de servidor público, matéria legislativa de iniciativa reservada ao Governador”.

Auxílio-saúde e auxílio-doença?

Enquanto se garante isso aos magistrados, os servidores(as) continuam a receber salários que inviabilizam investimento na própria saúde (*plano de saúde*). Quando adoecem, além de o Tribunal não lhes prestar nenhum auxílio, ainda contribui para o avanço da doença (*ao exigir o retorno ao trabalho, mesmo quando o(a) profissional afastado(a) não apresenta plena recuperação*).

O TJMG também contribui para o adoecimento, ao não garantir condições dignas de trabalho, submetendo os(as) profissionais da Casa a condições insalubres.

Saúde para o bolso de “alguns”

A preocupação com a saúde

física e financeira dos magistrados por parte do TJMG não para por aí. Revela-se, também, no aumento do valor da indenização de férias, de um para DOIS TERÇOS.

De tal forma que, se as férias vierem a ser reduzidas para apenas um período, e não mais 60 dias, como atualmente, será afetada apenas a “pausa para o descanso”, mas não o bolso.

Nesse ponto, o SERJUSMIG questiona: se, atualmente, as férias dos servidores da 2ª Instância, de certa forma, sustentam-se em dispositivos relativos às férias dos magistrados, **estariam os trabalhadores da 1ª Instância sob o risco de conviver com o aprofundamento da discriminação absurda relativa a esta questão?**

Mais trabalho na ALMG

Além dessas, no anteprojeto, há várias outras questões que precisam ser analisadas e modificadas na Assembleia Legislativa (ALMG). Entre essas está, por exemplo, a possibilidade de juizes virem a integrar a Comissão Disciplinar do Tribunal em processos contra servidores e também relativas ao efeito suspensivo na aplicação de pena disciplinar (**em virtude dessas questões o SERJUSMIG já acionou o Conselho Nacional de Justiça/CNJ**).

A diretoria e a assessoria Jurídica do Sindicato já estão preparando as emendas, e as justificativas, para apresentar ao projeto de lei quando de sua distribuição na Assembleia.

TJMG provoca embate


O TJMG “empurra” a situação para um novo embate com seus trabalhadores(as), na medida em que se fecha ao diálogo, não



debatendo previamente e se negando a construir conjuntamente os projetos (ao não acatar pedidos de reuniões e não prestar informações solicitadas pelos Sindicatos).

O Tribunal também estimula embate ao responder a praticamente todas as reivindicações dos servidores com a impossibilidade de acatamento em virtude de “restrições financeiras e orçamentárias”, ao mesmo tempo em que dispensa **tratamento diferenciado à magistratura**.

Essa situação incentiva o conflito. O SERJUSMIG sempre fez - e faz - questão de ressaltar, o conflito é ruim para todos: administração do TJMG, trabalhadores do Judiciário, operadores do Direito e usuários. Nesse ambiente, sobretudo no caso em questão, todos sabem: **SÓ A EFETIVA PRESSÃO DOS TRABALHADORES** poderá modificar a proposta inicial.


Portanto, companheiros e companheiras, preparem-se para lotar as galerias da ALMG, fazer contatos com os deputados em suas regiões, denúncias à mídia, participar de mobilizações e, se necessário, de uma **NOVA GREVE**. 

PEC 59/2013 – Luiz Fernando aborda a proposta em entrevista ao Programa Segurança e Cidadania



O autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 59/2013 (*antiga PEC 190/07 - que trata do estatuto da categoria*); sua atual tramitação no Senado; e o que mudará para os servidores da Justiça estadual a partir da sua aprovação. Esses foram alguns dos pontos que o vice-presidente do SERJUSMIG, Luiz Fernando Souza, explicou em entrevista ao Programa “**Segurança e Cidadania**”. Luiz lembrou a trajetória da PEC e conclamou os servidores(as) a fortalecer a luta pela aprovação da matéria. Se você não assistiu

a essa e a outras entrevistas do SERJUSMIG ao Programa, ainda há tempo de fazê-lo, acessando o site do Sindicato. Aproveitamos para lembrar que a participação do SERJUSMIG no programa integra uma parceria firmada com o sindicato dos policiais civis (Sindpol-MG), um constante companheiro em muitas frentes de luta (*como, agora, em relação ao Funpemp, leia pág. 7*).

O programa é exibido todos os sábados, a partir das 18h50, na Band Minas e, uma vez por mês, e o SERJUSMIG marca presença, levando um pouco do olhar dos servidores(as) sobre o Poder Judiciário de Minas. Divulgue, acompanhe e participe com opiniões, sugestões e afins (**pelos emails imprensa@serjuszmg.org.br e/ou comunicacao@serjuszmg.org.br**). 

15º Encontro de Delegados trocas, conscientização, e

7/11/2013 - Abertura



Quase 500 servidores e servidoras, provenientes de mais de 200 comarcas de Minas participaram da cerimônia de abertura do **15º Encontro de Delegados Sindicais do SERJUSMIG**, na noite de 7/11/2013, no Hotel Tauá (Caeté).

O evento também foi prestigiado pela **deputada federal Jô Moraes (PCdoB/MG)** e pelo assessor do **dep. fed. Weliton Prado (PT/MG)**.

A palestra de abertura foi proferida pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Minas (OAB/MG), **Dr. Luis Cláudio da Silva**

Chaves. O palestrante abordou a importância da integração entre as entidades representativas dos servidores (as) da Justiça e a OAB.

U susto sobre o Funpemp

Ainda na abertura, a presidente do Sindicato, Sandra Silvestrini alertou para a desagradável "surpresa" contida no Projeto de Lei Complementar (PLC 54/13) do governador, que extingue nosso Fundo de Previdência (Funpemp).

Sandra também ressaltou que fora marcada uma reunião de emergência no dia seguinte (sexta 8/11), na Cidade Administrativa, para a qual ela, como representante dos servidores (as) do TJMG no Conselho Fiscal do Funpemp, havia sido convocada e compareceria a

"Na abertura, uma surpresa preocupante: Sandra informa sobre o PLC 54 (extinção do Funpemp) que o governo de Minas Gerais acabara de enviar para a Casa Legislativa!"

fim trazer detalhes sobre o "PLC surpresa do governo".

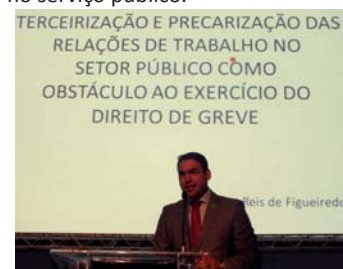
A abertura ainda contou com a performance de músicos da Banda da Polícia Militar, que executaram o Hino Nacional e outras três peças. A cerimônia foi encerrada por volta das 21 horas, após a votação do regimento interno do evento. **S**

8/11 - Terceirização, direito de greve e orçamento

Manhã - No segundo dia de atividades, as palestras do "15º Encontro de Delegados Sindicais do SERJUSMIG" tiveram início por volta das 9 horas, com as explanações do presidente da Comissão Nacional de Direito Sindical do Conselho Federal da OAB, **Dr. Bruno Reis de Figueiredo**; e do jornalista, filósofo e educador social **Sebastião Soares**; e também do economista **Fabrizio Cruz**, da Subseção SERJUSMIG / Sinjus-MG do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

"Terceirização e precarização das relações de trabalho no setor público como obstáculos ao exercício do direito de greve" é o nome da palestra que foi ministrada pelo advogado **Bruno Reis** e o Educador e jornalista **Sebastião Soares**.

O advogado elencou, sobretudo, problemas decorrentes da terceirização em atividades-fim no serviço público.



Bruno Reis - OAB/MG

"Palestrantes alertaram para os riscos do PL federal 4330/04 (terceirização) e para a importância de o Brasil ratificar a Convenção 151 da OIT (negociação coletiva no serviço público)"

Bruno Reis chamou a atenção à importância de o funcionalismo público ficar atento aos andamentos do chamado "PL da terceirização" - o Projeto de Lei (PL) federal 4.330/04 (que também já havia sido abordado pela deputada **Jô Moraes [PCdoB-MG]**, em seu breve pronunciamento na abertura do encontro, na noite anterior).

Bruno alertou que o texto de tal PL permite a terceirização em atividades-fim, traz perdas de conquistas e enfraquece as relações de trabalho.

Além de apontar os riscos do citado PL, e de fazer uma abordagem bastante focada na questão da greve (de o quanto a terceirização interfere no fator "desmobilização"), o jornalista e educador social **Sebastião** deu especial ênfase à importância de o Brasil ratificar a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta norma trata da



negociação coletiva dos servidores públicos nas esferas, federal, estadual e municipal.

Para **Sebastião**, a falta de um mecanismo de negociação é um grave complicador que interfere no direito de greve. Trazendo a questão para o âmbito do Poder Judiciário, o palestrante ressaltou que a grande culpa de a Justiça ser lenta é da falta de condições dignas de trabalho. **"É preciso corrigir o problema estrutural da Justiça, sobretudo de primeiro grau"**, sentenciou.

Ele lembrou que a sociedade é a maior prejudicada pela terceirização que precariza a prestação dos serviços.

Orçamento - A palestra seguinte, ministrada pelo economista **Fabrizio Cruz**, abordou **"Orçamento Público"**, enfocando principalmente a proposta do Tribunal de Justiça de Minas (TJMG).

Fabrizio falou sobre o recém-criado Fundo do Poder Judiciário, ressaltando, porém, que os recursos do Fundo, embora aumentem a

arrecadação do TJ, só podem ser utilizados para pagar despesas de custeio (como os auxílios e benefícios), não para pagar pessoal.

O economista ainda abordou as dificuldades de negociação do orçamento; as etapas do processo de elaboração da peça orçamentária. **Fabrizio** também citou a "armadilha" do Estado, quando subestima o quanto vai ser arrecadado. **"Com essa receita abaixo do real, o governo reduz o montante de que cada Poder vai dispor para elaborar a sua proposta orçamentária"**, informou.

Ao fim das palestras, a palavra foi aberta a todos(as) que desejaram se manifestar. Dúvidas e questionamentos foram prontamente respondidos. Parte das atividades da manhã, acenradas após as 13 horas, foram prestigiadas pelo **deputado Federal Padre João (PT/MG)**. **S**



Fabrizio Cruz - Dieese

do SERJUSMIG: ricas exemplos de união!

José Prata

8/11 (sexta) - PEC 190/2007 e Previdência

Marcos Verlaine Diap



Tarde - A importância e o significado da recente aprovação, na Câmara dos Deputados, em Brasília, da Proposta de **Emenda à Constituição (PEC) 190/2007** (que ora tramita sob o número de PEC 59/2013 do Senado) para a categoria. Esse foi o teor da palestra com a qual o jornalista, e assessor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), **Marcos Verlaine** abriu as atividades na tarde da sexta-feira no **"15º Encontro de Delegados Sindicais do SERJUSMIG"**,

De acordo com o palestrante, os trâmites no Senado devem ser mais ágeis. Ele também tranquilizou a categoria quanto a qualquer tipo de receio que possa haver em relação à matéria. Para Verlaine, a aprovação da matéria no Legislativo é uma grande vitória da categoria, é o primeiro passo para construção

"O palestrante ressaltou que o debate essencial a ser feito sobre os resultados da aprovação da PEC 190/07 é: 'qual é o estatuto que desejamos e o que faremos para garanti-lo?'"

do estatuto do servidor da Justiça (que o Supremo Tribunal Federal/STF deverá elaborar no prazo de um ano). Segundo ele, a aprovação da matéria "provoca" uma ação do STF. Quanto ao conteúdo do Estatuto, fonte de diversas das preocupações demonstradas, Verlaine esclareceu que dependerá, sobretudo, da mobilização da categoria.

"Será uma disputa política, e os servidores precisam estar presentes, pressionando, dialogando com

parlamentares", enfatizou.

O que queremos no estatuto? Como fazer com que nossos direitos sejam garantidos? Como criar as melhores condições de trabalho e salário no âmbito do Judiciário brasileiro? "Este é um debate essencial, que precisa ser feito nos Estados e devemos levar para as comarcas. Os sindicatos precisam colocar isto em pauta, ampliando, a partir da direção das entidades, os debates sobre o estatuto", alertou.

Segundo ele, os servidores deverão ser os protagonistas de tal debate (os mediadores são os parlamentares, que devem ser acionados pela categoria). "Se os servidores não debaterem com muita atenção o estatuto, se não deixarem claro o que querem, certamente alguém vai falar por eles. É isto o que a categoria não pode deixar ocorrer", afirmou.

Verlaine ainda citou eixos que norteiam a discussão do conteúdo do estatuto; abordou dificuldades; e destacou a importância de haver este movimento nacional unificado, que rompe a fragmentação e projeta caminhos e perspectivas.

Aposentadoria - O economista, especialista em Previdência Social, e consultor de diversas entidades sindicais, entre as quais o SERJUSMIG, **José Prata de Araújo**, foi o segundo palestrante desta tarde de sexta-feira.

José Prata abordou pormenores da aposentadoria dos servidores públicos; e ressaltou os modelos de aposentadoria que já existem no âmbito do funcionalismo do Estado. Prata também chamou a atenção para o perigo representado pelos Projetos de Lei Complementar (**PLC 54/13 e 53/13**), que o governador enviou ao Legislativo Estadual (ALMG) nesta semana - criando a Previdência Complementar e extinguindo o Fundo de Aposentadoria (Funpemp). Alertou que o dinheiro do Funpemp "é apenas um dos golpes, vem chumbo grosso por aí".

Ao listar as possibilidades de aposentadoria, o especialista

lamentou a perspectiva de grande fragmentação dos modelos de Previdência, com cada aposentado recebendo aposentadoria de uma forma diferente. Ele também abordou brevemente os dois modelos de aposentadoria que ora existem no Estado, ressaltando que ambos estão detalhados no caderno do **"15º Encontro"**.

Prata ainda falou sobre propostas de lei que tramitam no Legislativo federal. Após as palestras, a palavra foi aberta a todos e as dúvidas respondidas.

Reunião Funpemp - A palestra de Prata foi invertida com a da presidente do SERJUSMIG, **Sandra Silvestrini**, que precisou se ausentar para comparecer à reunião do Conselho Fiscal do nosso ameaçado Fundo de Previdência (Funpemp) na Cidade Administrativa (reunião convocada de última hora no dia



anterior, para abordar o PLC 54, que extingue o fundo: leia página 4).

Parte das atividades desta tarde foram prestigiadas pelo **deputado estadual Rogério Correia (PT/MG)**. Ele também destacou a gravidade do PLC 54/2013, ressaltando que o governo pretendia "tratorar" na tramitação da matéria (então, já pautada em duas comissões da ALMG, inclusive com marcação de reunião extraordinária).

Para o parlamentar, o assunto é muito sério e grave e, por isso mesmo, requer **grande união e força** dos servidores e de suas entidades representativas. **S**

Plano de Carreiras e riscos ao Funpemp

Noite - Por volta das 19 horas, teve início a palestra da presidente **Sandra Silvestrini** sobre o **Plano de Carreiras do TJMG**. Antes de iniciar, colocou em votação qual seria a dinâmica dos trabalhos, devido à ansiedade da categoria sobre o resultado da reunião entre os Conselhos do Funpemp e o representante do Governo, realizada na mesma tarde. Os delegados votaram para que Sandra fizesse a palestra sobre o Plano para, na fase de debates, serem elencadas todas as dúvidas, inclusive a respeito da reunião.

Plano de Carreiras - Sandra abordou Progressão e Promoção Vertical; Adicional de Desempenho (ADE); quinquênios e benefícios similares; a situação dos oficiais de apoio; a necessidade de revisão do Plano (com retirada do limite de vagas para as Promoções Verticais) etc. Ela voltou a enfatizar a necessidade de haver estudos por parte do TJMG, para que existam dados concretos a embasar uma proposta revisional. Explicou a dinâmica das reuniões do Grupo de Trabalho de servidores (de diversas comarcas) que, voluntariamente,

integram a Comissão do SERJUSMIG que estuda uma proposta de revisão do PC. Ressaltou que a proposição desse GT será submetida à categoria, em Assembleia Geral (AGE) e, só após a aprovação, será levada ao TJMG.

Reunião Funpemp - A presidente relatou o comparecimento de dirigentes de diversas entidades dos servidores, membros dos dois Conselhos do Funpemp (Administrativo e Fiscal, ambos compostos por servidores e representantes da administração). Todos se mostraram extremamente apreensivos em razão do Projeto PLC 54/13 que, entre outras "ações", extingue o Funpemp. Informou que os representantes dos Conselhos votaram pela retirada da matéria da pauta da ALMG. A resposta foi negativa.

Sandra, então, ressaltou a importância da categoria estar mobilizada na ALMG desde este primeiro momento, a fim de mostrar força para barrar as proposições.

A palavra foi aberta e as dúvidas sobre o PC e a reunião respondidas. As atividades foram encerradas por volta das 21h. **S**

15º Encontro de Delegados Sindicais AGE para votar contas/Resumos de Lutas

Plenária vota SIM às contas



9/11 (sábado) - Assembleia Geral (AGE)

Manhã - Às 9 horas, em segunda chamada, foi iniciada a Assembleia Geral (AGE) para a Prestação das Contas do SERJUSMIG (que foi aberta a todos os servidores filiados/as interessados/as em participar, conforme divulgado no Edital publicado no site, no Jornal SERJUSMIG Notícias 162, e no Diário Oficial de 23/10/2013).

Na oportunidade, a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, apresentou em telão todos os dados

e gráficos das contas que seriam apreciadas e votadas, contendo as despesas e receitas do Sindicato.

Sandra esclareceu que todos os delegados já haviam recebido os relatórios, gráficos e notas explicativas, previamente. Ela informou que tudo o que era exibido no telão, e explicado em detalhes, estava também dentro das pastas dos participantes para que todos pudessem acompanhar.

Na sequência, cada um dos

tópicos foi apresentado, e o subdiretor de Finanças do Sindicato, Alípio Braga, leu as notas explicativas de cada conta (*despesa/receita*), uma a uma, na medida em que eram expostos os itens.

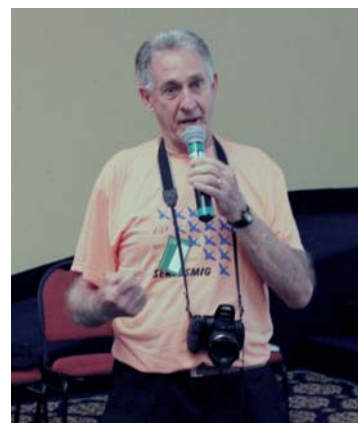
Esclarecimentos e Votação

Ao fim da detalhada explanação, a presidente do Conselho Fiscal da entidade, Maria Auxiliadora Alves de Souza, leu o parecer do Conselho (*favorável à aprovação das contas apresentadas*).

A palavra, então, foi aberta a questionamentos, explicitando-se que os advogados e o contador do Sindicato estavam presentes para sanar qualquer interrogação que persistisse. As dúvidas foram esclarecidas e, só então, as contas foram colocadas em votação.

A maioria dos presentes (quase 500 representantes da categoria) votou favoravelmente. Houve 7 votos contrários e 10 abstenções.

Finalizada a detalhada explanação e sanadas as dúvidas, as contas do SERJUSMIG foram aprovadas por quase 500 votos favoráveis, e apenas 7 contrários.



Servidores(as) elencam sugestões e dúvidas

Resumos de Lutas/Ações Jurídicas e Homenagem

Entre outras questões, Sandra detalha dados da greve de 2013 e do Plano de Carreiras.



Tarde - Por volta das 14 horas, os(as) delegados(as) retomaram as atividades. Nesta última etapa do "15º Encontro de Delegados Sindicais do SERJUSMIG", os participantes acompanharam as explanações dos dirigentes do Sindicato e de advogados dos escritórios que compõem a Assessoria Jurídica da entidade.

Na oportunidade também foi lançada oficialmente a cartilha "Trabalho Decente e Sustentabilidade", elaborada pelo Escritório Lucchesi, com o apoio do SERJUSMIG (a cartilha foi distribuída aos(as) delegados(as).

Também foi feita uma homenagem aos presentes, pela, então recente, passagem do **Dia do Servidor (28 de outubro)**, com vídeo, além distribuição de cartões e bombons.

Lutas sindicais e políticas - A presidente do Sindicato fez um balanço de tudo o que o SERJUSMIG realizou neste 2013, com especial enfoque em nossa vitoriosa greve de 31 dias. Sandra mostrou dados e números sobre adesões e a disputa jurídica. Ela explicitou o desenrolar das negociações e mobilizações, com a participação efetiva e direta da categoria (em Assembleias Gerais/AGEs, onde, por votação da

maioria dos presentes, se definiram todos os movimentos e ações da greve).

Sandra também deu informes sobre PVs, URVs, diligências, leis - que criou 1100 cargos efetivos, que transforma cargos de escrivão e contador(a) em comissionados e a que criou a função de assessor de juiz para juizados e comarcas de 1ª Entrância, entre outros assuntos.

Ações Jurídicas - Os representantes dos escritórios de advocacia que compõem a Assessoria Jurídica do Sindicato fizeram detalhadas explanações a respeito do andamento das ações judiciais encampadas pelo NOSSO Sindicato em favor de seus filiados.

Ao final de ambas as palestras,

os presentes puderam expor ponderações, sugestões e dúvidas, que foram debatidas e esclarecidas. As dúvidas que não puderam ser sanadas, foram devidamente encaminhadas para posterior reposta (*via email*).

Homenagem - Antes de encerrar as atividades, os dirigentes do SERJUSMIG fizeram uma homenagem pela passagem do Dia do Servidor(a) e sortearam brindes aos participantes. O "15º Encontro" foi, então, formalmente encerrado (por volta das 18 horas), deixando novamente nos participantes a sensação de dever cumprido, horizontes ampliados, união reforçada, além daquele "famoso gostinho de quero-mais".



Lançamento da cartilha "Trabalho decente e sustentabilidade"

PLC 54/2013 - Governo de Minas "tratora" para se apropriar do dinheiro de NOSSO Fundo de Previdência (Funpemp)

SERJUSMIG tem acompanhado, pressionado e lutado pela manutenção do fundo.

Uma tramitação **ABSURDAMENTE ACELERADA**, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 54/2013, de autoria do governador Antonio Anastasia, chegou ao 2º turno.

A matéria trata da extinção do Fundo de Previdência SAUDÁVEL (mais de R\$ 3 bilhões em caixa) que garante a aposentadoria dos servidores(as) que tomaram posse após 2001, transferindo esse dinheiro (assim como todos os servidores/as) para o Fundo ALTAMENTE DEFICITÁRIO (Funfip).

Se tal fundo não dá conta de pagar os servidores(as) que já o integram (todo mês o governo tem de aportar mais de R\$ 700 milhões para cobrir rombo no Funfip), como é que vai pagar os novos servidores(as) que estão sendo transferidos? O risco é também para os atuais aposentados e pensionistas (e é claro para os futuros), percebem?

Lutas e ações

Desde que o PLC 54/13 entrou em tramitação, o SERJUSMIG tem lutado contra a proposição. Já nos unimos a outras entidades, temos feito plantão diário na ALMG, participamos da audiência pública (manifestando-nos claramente contra o PLC: leia em www.serjuszmg.org.br/noti_pad.php?id=3115&baab=DEST); organizamos petição online (que

pode ser acessada em <http://goo.gl/LIACwg>), para ser entregue ao presidente a ALMG. Além disso, unidos a diversas entidades, procuramos o Ministério Público, a fim de ingressar com Ação Judicial para tentar barrar os trâmites do PL (saiba mais em www.serjuszmg.org.br/noti_pad.php?id=3125&baab=DEST).

Todas essas ações estão sendo divulgadas, DIARIAMENTE, no site do SERJUSMIG, sempre reiterando sobre o **PERIGO DESSE PLC**, e a **importância de HAVER FORTE MOBILIZAÇÃO de TODOS(AS) os servidores(as)**, a fim de tentar bloquear o "desastre". A situação está grave e é difícil manter otimismo diante do que temos visto: **deputados governistas empenhados, de forma SURPREENDENTE**, em fazer a matéria passar em tempo recorde. Contra isso, nossa arma é a **UNIÃO** e a **MOBILIZAÇÃO**.

Vamos mostrar aos deputados (as) que, **além de Servidores, NÓS SOMOS ELEITORES** e, por isso, temos o direito de cobrar dos representantes do povo na ALMG uma postura digna e honesta, que **passa longe de "detonar" com o dinheiro de NOSSA APOSENTADORIA**. E mais: que a atitude deles nesta questão terá um **CUSTO POLÍTICO**, pois aqueles que estão assistindo a tudo vão divulgar nomes e atitudes. O SERJUSMIG mostrou o **painel eletrônico do**

Plenário, da votação em 1º turno, constando voto de cada parlamentar (veja o box abaixo deste texto). Ainda que a proposta tenha a votação concluída na ALMG (e ainda há duas outras proposições do governo, também preocupantes, fiquem de olho: **PLC 53/2013 e PEC 62/2013**), não vamos aceitar. Vamos usar todos os recursos legais possíveis.

Companheiros(as), mais do que nunca, é preciso que haja plena e absoluta **UNIÃO e PARTICIPAÇÃO** da categoria. Acompanhe a tramitação, assine a petição online, alerte o maior número possível de colegas e, sobretudo, quando o SERJUSMIG convocar, compareça às ações. Afinal é a **APOSENTADORIA DE TODOS NÓS** que está em perigo! **S**

Saibam os deputados que, em 1º turno, votaram "Sim" ao PLC 54" (são favoráveis extinção do Funpemp): Ana Maria Resende (PSDB); Anselmo José Domingos (PTC); Antônio Carlos Arantes (PSDB); Antônio Genaro (PSC); Antônio Lerin (PSB); Arlen Santiago (PTB); Bonifácio Mourão (PSDB); Bosco (PTdoB); Carlos Mosconi (PSDB); Carlos Pimenta (PDT); Célio Moreira (PSDB); Dalmo Ribeiro Silva (PSDB); Duarte Bechir (PSD); Fabiano Tolentino (PPS); Fred Costa (PEN); Glaycon Franco (PTN); Gustavo Corrêa (DEM); Gustavo Valadares (PSDB); Hélio Gomes (PSD); Hely Tarquínio (PV); Inácio Franco (PV); João Leite (PSDB); João Vítor Xavier (PSDB); Juarez Távora (PV); Juninho Araújo (PTB); Lafayette de Andrada (PSDB); Leonardo Moreira (PSDB); Liza Prado (PROS); Luiz Henrique (PSDB); Luiz Humberto Carneiro (PSDB); Luzia Ferreira (PPS); Mário Henrique Caixa (PCdoB); Marques Abreu (PTB); Neider Moreira (PSD); Neilando Pimenta (PP); Pinduca Ferreira (PP); Romel Anízio (PP); Rômulo Veneroso (PV); Rômulo Viegas (PSDB); Rosângela Reis (PROS); Sebastião Costa (PSDB); Tenente Lúcio (PSB); Tiago Ulisses (PV) e Zé Maia (PSDB). **Total 45.**

Vamos fazer contato com esses deputados, divulgar os seus nomes e cobrar mudança de atitude, lembrando o **CUSTO POLÍTICO** que poderá resultar desta traição aos servidores mineiros.

Agora, a lista de deputados que, com JUSTIÇA, **votaram "Não" ao projeto:** Adalclever Lopes (PMDB); André Quintão (PT); Cabo Júlio (PMDB); Celinho do Sinterocel (PCdoB); Durval Ângelo (PT); Elismar Prado (PT); Gilberto Abramo (PRB); Pompílio Canavez (PT); Rogério Correia (PT); Sávio Souza Cruz (PMDB); Tadeu Martins Leite (PMDB); Ulysses Gomes (PT). **Total 12.**

Esses merecem os nossos **PARABÉNS** e terão, com certeza, o **reconhecimento dos servidores públicos mineiros, caso mantenham, até o final esta postura digna. Divulgaremos AMPLAMENTE o resultado nominal da votação em 2º turno, tão logo esta aconteça.**

Notícias da Previdência: Coluna do José Prata

Extinção do Funpemp é ilegal!

A extinção do Funpemp é **imoral e ilegal**. Imoral, porque trata-se de uma apropriação pelo governo do Estado de um patrimônio dos servidores da ordem de R\$ 3,2 bilhões. Ilegal, porque vai na contramão de toda a legislação aprovada nos últimos anos, que **obriga os entes públicos a iniciarem a reestruturação da previdência dos servidores**, com o acúmulo de reservas para o pagamento futuro das aposentadorias e pensões.

Equilíbrio atuarial /Constituição

O artigo 40 da Constituição Federal previu a adoção, que deve ser gradual em minha opinião, do equilíbrio atuarial da previdência dos servidores, de tal forma que os recursos sejam poupados no presente para fazer frente às

despesas previdenciárias futuras. Tal artigo prevê: "Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo".

Com base nesse princípio constitucional do equilíbrio atuarial, o Ministério da Previdência Social editou uma série de normas para viabilizar, de forma gradual, o regime de capitalização na previdência dos servidores. O Ministério, através da Portaria 403, de 2008, implantou o chamado modelo previdenciário

de segregação de massas. Prefiro chamá-lo de separação de massas. Significa que: **a)** para os antigos servidores, que não contribuíram para um fundo de capitalização, foi mantido o chamado Plano Financeiro, que não exige capitalização; **b)** para os novos servidores foi criado o Plano Previdenciário, onde as contribuições vão para um fundo de capitalização, espécie de poupança para cobrir os gastos futuros.

Esse modelo já existia em Minas Gerais desde o final do governo Itamar Franco em 2002. Os servidores admitidos até a aprovação da Lei foram para o Plano Financeiro (Funfip). Os novos servidores foram enquadrados no Plano Previdenciário (Funpemp). Este, em 11 anos, acumulou recursos da ordem de R\$ 3,2 bilhões. O que o governo do Estado pretende é acabar com o Funpemp e transferir os recursos para o Funfip, que é vinculado ao Tesouro Estadual. Isto

significa que os recursos poderão ser gastos imediatamente, deixando de lastrear futuras despesas com os aposentados e pensionistas.

A extinção do Funpemp é **duplamente ilegal**. Primeiro, por contradizer a Portaria 204/2008, do Ministério da Previdência Social (MPS), que para a concessão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) do regime de capitalização, exige "plano de amortização ou a segregação de massas para o equacionamento de seu déficit atuarial".

Segundo, porque a Portaria 403/2008, também do MPS, em seu artigo 21, prevê: "Uma vez implementada a segregação da massa, fica vedada qualquer espécie de transferência de segurados, recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, não se admitindo, também, a previsão da destinação de contribuições de um grupo para o financiamento dos benefícios do outro grupo". **S**

Em Destaque



Mala Direta Postal Básica
Serjuszmg
CORREIOS

Imagens que falam:

15º Encontro de Delegados do SERJUSMIG

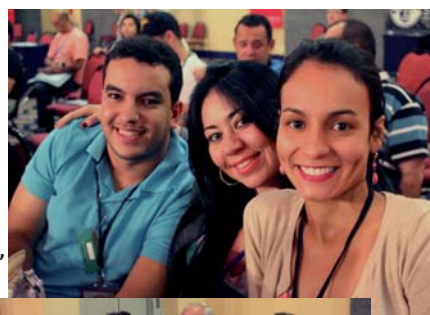
<input type="checkbox"/>	MUDOU-SE
<input type="checkbox"/>	ENDEREÇO INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/>	NÃO EXISTE O Nº INDICADO
<input type="checkbox"/>	FALECIDO
<input type="checkbox"/>	DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/>	RECUSADO
<input type="checkbox"/>	AUSENTE
<input type="checkbox"/>	NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/>	OUTROS x
<hr/>	
<input type="checkbox"/>	INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO
<input type="checkbox"/>	REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____
DATA	RUBRICA



Após cada explanação, servidores(as) fazem questionamentos e ponderações.



Conscientização desde o ventre!



Encontro de Delegados: além de formação e conscientização, oportunidade de rever companheiros que lutam por Justiça



Desde a abertura do evento, muita disposição nos delegados e delegadas.



Luta pelo Funpempg

Sindicatos solicitam ao Ministério Público ação judicial contra o PLC 54/13



13/11 - Audiência na FFO: muitos protestos!



Reunião com o deputado Lafayette de Andrada (PSDB), presidente da FFO, em "MAIS UMA" tentativa de negociar a retirada do PLC 54/2013 de pauta.